

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Sociologia ambiental: a origem e o caminho de sua institucionalização científica.

Leandro Carvalho Sanson.

Cita:

Leandro Carvalho Sanson (2009). *Sociologia ambiental: a origem e o caminho de sua institucionalização científica*. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/1085>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/evbW/CkC>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Sociologia ambiental: a origem e o caminho de sua institucionalização científica

Leandro Carvalho Sanson
Universidade Federal de Santa Maria UFSM
lsociais@yahoo.com.br

No final dos anos 60 e início dos 70, a questão ambiental, liderada pelos movimentos de contestação social, passou gradualmente a ganhar destaque no cenário global. Gradualmente a sociologia passou a analisar as relações existentes nos processos de interação entre o homem e o ambiente físico em que vive. Ao passar dos anos, no desenvolvimento desta análise pela Teoria Social, o termo Sociologia ambiental começou a ser usado (meados dos anos 70), o que resultou, dentre outros aspectos, em um caminho teórico de institucionalização de um campo científico próprio, bem como a internalização da questão ambiental pelas Ciências Sociais, que tratasse da complexidade deste processo. Dessa forma, o presente estudo tem por objeto abordar aspectos analíticos da origem, evolução e desenvolvimento da ciência social no trato da problemática ambiental, e a consequente culminação de um campo cognitivo sociológico (Sociologia Ambiental).

A QUESTÃO AMBIENTAL E SUA SOCIOLOGIA

A questão ambiental nas últimas décadas do século XX alcançou o status de problema global, e tem mobilizado não apenas os movimentos da sociedade civil organizada, e os meios de comunicação, mas também os governos de todas as regiões do globo terrestre. No entanto, apesar da forte organização de práticas e movimentos visando a proteção ambiental, existe uma grande divergência no meio científico sobre o efetivo resultado dessa mobilização social para solução dos problemas ambientais.

Frederick Buttel (2000), importante sociólogo ambientalista, argumenta que a ampla disseminação da preocupação dos setores da sociedade civil e governos com os problemas ambientais, mesmo com a intensa agenda em fóruns internacionais não gerou um consenso em torno de soluções. Ao contrário, à medida que se ampliou o debate em relação a temática, aguçaram os conflitos, e as soluções tornaram-se mais problemáticas do que se poderia imaginar trinta anos atrás.

Segundo Hannigan (2009), o dia da Terra em 1970, representa o início do movimento ambientalista moderno, que inaugurou a Década Ambiental nos anos 70, pois permitiu “o imediato reconhecimento da causa ambiental por toda a parte” (p.15).

Neste sentido, as atuais formas de degradação do meio ambiente representam um dos mais, se não o mais, complexos dilemas da modernidade. Assim, a emergência destes dilemas passaram a exigir da Teoria Social contemporânea seu engajamento na problemática, buscando meios de contribuir para a explicação dos elementos que compõe este processo de degradação do ambiente (GOLDBLATT, 1996).

A origem do estudo mais aprofundado da questão ambiental pela teoria social deu-se nos anos 60, quando evidenciou-se globalmente a referida problemática como um aspecto relevante de contestação social. Tal processo pegou de surpresa os sociólogos da época, pois, devido a herança legada pela teoria social clássica, possuíam limitações substanciais, tanto no âmbito do estudo das relações entre sociedade e seus ambientes, como no âmbito da investigação das origens de uma política de ambiente (GOLDBLATT, 1996).

Mesmo assim, a partir dos anos 60, um grupo cada vez maior de sociólogos começaram a dar maior ênfase à problemática ambiental percebendo sua relevância social e abrangência, que passou a ocupar a agenda de discussões de organismos internacionais, movimentos sociais e setores empresariais em todo mundo. A partir deste momento, ficou cada vez mais claro que a questão

ambiental não era apenas mais uma onda passageira e assumiu um papel significativo para estudar as divergências e conflitos sobre os diferentes usos da natureza e as causas e extensão dos problemas relacionados a este setor e todos os outros envolvidos.

ASPECTOS RELEVANTES SOBRE A SOCIOLOGIA AMBIENTAL

Atualmente questões relativas ao meio ambiente têm ganhado grande destaque no cenário mundial, principalmente em virtude da alarmante degradação ambiental ocasionada principalmente pelo desenvolvimento industrial desenfreado. Ocorre, que tais aspectos não geram consequências isoladas, e tem refletido diretamente nos meios econômicos e sociais em que vivemos.

A crescente importância da problemática ambiental, passou a ganhar destaque também no meio científico, necessitando de igual forma, de um referencial sociológico para responder a complexidade de perguntas referentes a essas transformações sociais que envolvem a interação entre o homem e seu ambiente físico.

Um dos entraves iniciais do desenvolvimento científico de uma sociologia ambiental era o entendimento paradigmático dominante na academia de que questões relativas ao meio ambiente eram apenas pertinentes às áreas denominadas das Ciências Naturais (física, química e biologia). Esta postura estava muito relacionada com o pensamento positivista da época, onde a divisão do trabalho é reproduzida na divisão do conhecimento, de forma extremamente estática, estanque, reducionista e fragmentada (MATURANA, 1997).

Devido a adoção no meio acadêmico das propostas relativas à inter e a multi-disciplinaridade (que a tempos é objeto de constantes controvérsias no meio acadêmico), e a constante discussão dos novos paradigmas científicos, as questões ambientais passaram a ser objeto de diversas áreas do conhecimento, inclusive da sociologia.

Essa reorientação paradigmática da sociologia clássica teve origem nos Estados Unidos, na Escola de Chicago, onde desde a década de 20 o pensamento ecológico já tinha sido incorporado aos estudos societários. Contudo o estudo da “Ecologia Humana” adotado pela Escola de Chicago nesta época, tratava a questão ambiental pelo seu aspecto espacial, limitando-se assim a apenas uma das muitas variáveis que compõe o ambiente físico na complexidade que é tratado pela sociologia ambiental.

Foi somente nos anos 70 que surgiu o estudo da sociologia ambiental de uma forma próxima a compreendida atualmente, e teve como principais precursores os teóricos Riley Dunlap e William Catton, onde entendiam que o estudo das interações entre a sociedade e o meio ambiente constitui do núcleo central da sociologia ambiental, sendo este processo complexo e variado, baseado do conceito de complexo ecológico.

Sendo assim, o estudo das interações entre o meio ambiente e a sociedade passou a ter um campo científico próprio, que possui várias particularidades e teve um longo caminho até sua afirmação como um campo sociológico.

Por certo, que nestes últimos anos, temos assistido ao surgimento de grupos específicos de cientistas sociais (e mesmo de outros que não o são), unidos por interesses ou áreas temáticas como a questão ambiental.

A ênfase em relação a problemática ambiental, desde seu surgimento em fins da década de 60, representa uma verdadeira revolução nos hábitos, valores e comportamentos das pessoas, e suas transformações não se restringem ao nível do indivíduo, pois elas envolvem também modificações socioculturais e econômico-produtivas, principalmente por ter-se tornado uma problemática universal e inserida não somente nos movimentos da sociedade civil, mas também nas agendas políticas governamentais. Assim, a temática ambiental atualmente tem sido discutida pelos mais diversos setores da sociedade, formando com isso, novos padrões cognitivos.

O CAMINHO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA SOCIOLOGIA AMBIENTAL

Como produção científica e acadêmica, a sociologia ambiental surgiu a muito custo dos movimentos do início dos anos 60 e da constatação da situação emergencial de degradação dos recursos naturais e do desenvolvimento do industrialismo (MACCORMICK, 1992).

As Ciências Sociais, de forma tardia e inicialmente tímida, vieram a fazer parte desse processo de institucionalização da problemática ambiental e seus efeitos no meio social, o que posteriormente propiciou o surgimento do campo da sociologia ambiental.

A ideia da Sociologia Ambiental nasceu de uma forte crítica às sociologias clássica e contemporânea. Essa crítica emergiu ao final da década de 70, quando os cientistas sociais americanos Catton e Dunlap criticaram justamente a ausência de qualquer preocupação com as condições ecológicas da sociedade nos estudos sociológicos.

Teóricos clássicos como Durkheim, Marx e Weber, apesar de terem uma dimensão ambiental implícita nos seus trabalhos, tinham abordado a questão apenas de modo superficial; além disso, apenas raramente surgiam trabalhos isolados na área de sociologia rural, sem, no entanto promover uma acumulação considerável de conhecimentos que permitisse a criação de um campo ou subcampo teórico (HANNIGAN, 2009).

Neste contexto, partindo de uma análise sobre a produção bibliográfica, percebe-se que o meio ambiente inicialmente figurou de maneira discreta entre os clássicos da sociologia, no entanto esse quadro sofreu grandes mudanças no decorrer dos anos, sendo que autores contemporâneos da sociologia tem demonstrado considerável preocupação em relação a temática ambiental.

Hannigan (2000) acredita em duas explicações para o fato dos sociólogos marginalizarem a questão ambiental em seus empreendimentos teóricos. Uma delas se refere às falhas do determinismo geográfico e biológico, e sua visão conservadora sobre o entendimento das mudanças e conflitos sociais; a outra diz respeito ao próprio pensamento vigente que, em meados do século XX, enfatizava a literatura sociológica da modernização. O que atualmente é identificado como preocupação ambiental seria visto como atraso e obstáculo ao desenvolvimento, ao progresso. Contudo havia críticos ao paradigma desenvolvimentista, como os sociólogos marxistas; mas, estes tendiam a ver a problemática ambiental como uma forma de desvio das questões cruciais da sociedade (luta de classes).

Catton e Dunlap (1998) argumentam que à resistência da sociologia clássica às questões ambientais, deu-se, dentre outros fatores, devido ao contexto sociocultural da formação da sociologia, assim como seus paradigmas de análise. Argumentam que a sociologia foi profundamente influenciada por uma cultura ocidental antropocêntrica. Essa visão de mundo, por sua vez, foi historicamente acentuada por processos convergentes de desenvolvimento técnico-científico e acumulação de riquezas, propiciada pela expansão colonial, que resultou na revolução industrial, no fortalecimento de ideia de progresso e no processo de ocidentalização do mundo.

Neste contexto a problemática ambiental passava a ser um óbice a ideia de progresso ilimitado adotado pelas sociedades modernas industriais, que viam a escassez dos recursos naturais como algo distante de sua realidade e, portanto um modismo revolucionário na época.

Sociólogos como Buttel (1992), por sua vez, em relação a resistência da sociologia para com a questão ambiental assinala o relacionamento ambíguo da sociologia, em sua fase de construção, com as ciências naturais. Se, de um lado, o pensamento sociológico foi influenciado por conceitos provenientes das ciências naturais, por outro lado, a própria necessidade de legitimação das ciências

sociais exigiu uma reação contra a proximidade e simplificação das explicações oriundas do determinismo biológico e geográfico, conforme mencionado anteriormente. Neste sentido, havia uma ênfase por parte das Ciências Sociais em se afastar das Ciências Naturais a fim de legitimar-se como uma ciência própria.

Dessa forma, no seu início, a sociologia enfrentava grandes dilemas, sendo que hesitava o cientificismo das ciências naturais e a hermenêutica, aproximando-se da Literatura e da História. Ao firmar-se como disciplina autônoma a sociologia se estabelece com sua pretensão de saber científico, enfrentando, ao mesmo tempo, as suspeitas dos teóricos das ciências já estabelecida (Naturais), como também a concorrência de outras como a História e a Literatura.

Neste contexto, os primeiros sociólogos a abordar os problemas ambientais encontraram diversas limitações, dentre essas, a pouca produção científica. Este processo deu-se principalmente devido ao processo de construção da sociologia que inicialmente buscou a desconsiderar a dimensão biofísica da realidade e seu potencial como fator explicativo dos processos sociais.

Assim, a partir de 1960, grupos de sociólogos começaram a dar importância à problemática ambiental e assim, posteriormente a sociologia ambiental assumiu desde então uma posição significativa para estudar as divergências e conflitos sobre a natureza e as causas e a extensão dos problemas ambientais (HANNINGAN, 2000; CATTON e DUNLAP, 1998).

A trajetória político-institucional da disciplina nos Estados Unidos iniciou-se na década de 1970. Cabe ressaltar que já nos anos de 1960, havia uma produção não-sistemática, mas interessante, que abordava a problemática a partir de uma perspectiva mais radical, tanto nos Estados Unidos, como na Europa. De fato, todo o período que engloba os anos de 1960 até meados de 1980 foi profundamente influenciado pelo clima cultural dos anos 1960.

A teoria sociológica ambiental norte-americana criticamente enfatizou tendências fortes, das sociedades modernas à degradação do ambiente, e tendeu a minimizar a teorização dos processos de melhoramento ambiental. A preocupação inicial concentrou-se nos aspectos conservacionistas da questão ambiental, mas, gradualmente, foi ganhando novos contornos. Nesse período, houve uma proliferação de iniciativas de pesquisas sobre a mobilização política ambientalista, os impactos da produção, consumo e desperdício de energia em específico e de recursos naturais de um modo geral.

Dessa forma, especialmente através dos trabalhos desenvolvidos pelos americanos Catton e Dunlap, constituiu-se um núcleo teórico de produção científica sócio-ambiental, onde enfatizam o caráter realista-materialista da crise ambiental com críticas explícitas às tendências das sociedades capitalistas industriais modernas.

Um dos pontos centrais de suas análises, está na proposta de uma reorientação da disciplina sociológica. Através de uma análise em torno da distinção entre o Paradigma do Excepcionalismo Humano (PEH) e o Novo Paradigma Ecológico (NPE). Para Dunlap (2002), nessa distinção (PEH X NPE) estaria toda contradição e possibilidade de enfrentamento da atual crise ambiental.

Os referidos autores, para cientificamente compreender e se confrontar com os atuais problemas sócio-ambientais, propõe como solução a substituição do PEH pelo NPE, onde este último resume-se como uma espécie de chamamento para uma busca por uma perspectiva mais holista (não reducionista) que pudesse dar conta das relações fundamentais entre as sociedades industrializadas e os ambientes físicos em que habitam, de forma que as variáveis biofísicas fizessem parte, juntamente com as socioculturais, das análises sociológicas.

Contudo, os grandes acidentes envolvendo usinas nucleares e contaminações tóxicas de grandes proporções, como o caso de Chernobyl (1986), acirraram novamente o debate público e científico sobre a questão dos riscos nas sociedades contemporâneas; conseqüentemente, a questão da cidadania e da qualidade de vida ganhou novos impulsos naquele momento (HOGAN e VIEIRA, 1992). Iniciou-se, nesse período, uma mudança de escala na análise dos problemas ambientais, que passavam de um nível local para o global, transformando igualmente a frequência de problemas e acidentes ambientais. A própria natureza dos problemas tornava-os mais difíceis de serem previstos e compreendidos (FERREIRA e VIOLA, 1996).

Na verdade, em fins dos anos de 1980 assistiu-se no cenário internacional a um clima favorável ao processo de consolidação da área no nível internacional, onde se caracteriza por uma maior diversidade teórica que contrasta com o tom consensual da década passada.

Este período, devido a expansão das teorias neoconservadoras, caracterizou-se pela expansão, na academia, de estudos culturais, construtivistas, feministas, pós-modernistas que inseriram-se na sociologia. Conseqüentemente essa virada cultural contribuiu para a receptividade pela academia da questão ambiental como fenômeno social significativo.

No que diz respeito à perspectiva constitutiva dos aspectos teórico-metodológicos, Buttel (1996) comenta que a trajetória da sociologia ambiental poderia ser sintetizada em três momentos distintos: o momento de formação, a partir da combinação e contribuição de outras sociologias específicas; a fase de constituição de um núcleo teórico próprio e de perfil mais consensual; e um momento de diversificação e maior incorporação no campo teórico da sociologia em geral.

Com relação ao período de formação, o autor comenta que a sociologia rural foi pioneira na contribuição para a área, embora outras sociologias específicas tenham participado desse processo: a

sociologia de comunidades, do desenvolvimento, a sociologia urbana e a dos movimentos sociais. Em certa medida, a sociologia ambiental não surgiu como uma nova disciplina, mas dentro das disciplinas já existentes, tentou cobrir a lacuna teórica da tradição clássica frente às questões ambientais, criando um lócus institucional para o desenvolvimento da nova temática.

No tocante à lacuna teórica, Buttel (1996) considera que a tendência da sociologia clássica foi criar teorias que, implicitamente, assumissem que as sociedades e grupos humanos são independentes ou isolados dos processos biofísicos. Para ele, a sociologia, em busca de liberar o pensamento social dos reducionismos, preconceitos e da visão conservadora do início da ecologia humana, exagerou ao promover a separação entre o processo social e o mundo natural.

Dentre essas novas análises da questão sócio-ambiental vigora a ideia do construtivismo social, que passa a questionar a existência de uma crise ambiental objetiva, resultado de perigos das novas tecnologias, crescimento desenfreado da população, etc. Ao contrário, esta nova perspectiva (construtivismo social) enfatiza os processos sociais, políticos e culturais onde as condições ambientais são definidas como sendo aceitáveis ou não. Neste sentido, um problema ambiental é socialmente construído e o processo de construção é considerado como mais importante do que a tarefa de avaliar se as reivindicações são verdadeiramente válidas ou não. A análise construtivista se preocupa com o “como” as pessoas atribuem significado ao seu mundo (HANNIGAN, 2000).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme exposto no presente estudo, a produção sociológica desde a década de 70 até os tempos atuais vem discorrendo sobre a temática ambiental, com a conseqüente ampliação da produção teórica e o surgimento de um novo campo teórico sociológico – Sociologia Ambiental - que vem propor prováveis teorias a fim de levantar questionamentos e encaminhamentos sobre o convívio do ser humano e o meio em que vive.

Dessa forma, devemos entender, que o processo de constituição de um campo sociológico que trate da problemática ambiental, bem como a sua complexidade, nos remete ao entendimento de que a Sociologia Ambiental não trata meramente das dimensões sociais do meio ambiente, mas sim, e isto pode ser afirmado sem contradição com a pluralidade de correntes existentes, remete à incorporação do ambiente dentro da discussão sociológica. Dessa forma, acompanhamos nas últimas décadas um processo de institucionalização da questão ambiental pela Teoria Social.

Referências Bibliográficas

- BECK, U. *Risk Society. Towards a New Modernity*. London: Sage Publications, 1992.
- BUTTEL. A sociologia e o meio ambiente: um caminho tortuoso rumo à ecologia humana. *Revista de Ciências Sociais*, São Paulo: Unesp, v. 15, p. 69-94, 1992.
- _____. *Sociologia ambiental, qualidade ambiental e qualidade de vida: algumas observações teóricas*. In: HERCULANO, S.; PORTO, M.; FREITAS, C. (Org.). *Qualidade de vida e riscos ambientais*. Niterói: EDUFF, 2000.
- CATTON, W.; DUNLAP, R. Environmental sociology: a new paradigm. *The American Sociologist*, Washington, D. C., v.13, n. 1, Feb. 1998.
- FERREIRA, Leila da C. *A questão ambiental: políticas públicas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1998.
- _____. VIOLA, E. (Orgs.). *Incertezas de sustentabilidade na globalização*. Campinas: Unicamp, 1996.
- GOLDBLATT, D. *Teoria Social e Meio Ambiente*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.
- HANNIGAN, J. *Sociologia Ambiental. A formação de uma perspectiva social*. Instituto Piaget. Lisboa. 2000.
- _____. *Sociologia Ambiental*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Ltda, 2009.
- HOGAN, D.; VIEIRA, P. *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*. Campinas: Unicamp, 1992.
- MCCORMICK, J. *Rumo ao paraíso*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.